

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura

Ata da 138.^a Sessão Ordinária

Realizada em 30 de agosto de 1971 — (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel Manoel Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Saio, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Wilson Brandão (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Muggiati Filho e Xenofonte Villanueva (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado a João Cândido Suplicy de Lacerda, na cidade da Lapa, bem como seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora IZAURA SUPPLY DE LACERDA, viúva de Avelino Correia de Lacerda, tronco de tradicional família paranaense.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1971.

(a) — João Fadel

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma em que dispõe o Regimento Interno, ouvido o Plenário, o Depu-

tado que este subscreve requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora CELMIRA CHEDE, esposa do Dr. Nagib Chede, ocorrido em data de 28 do corrente mês.

Requer, outrossim, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento à família enlutada, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971

(a) — Acyr José

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 25 do corrente, do Dr. RUDOLF RABES, exponencial figura dos meios sociais e diplomáticos em nosso Estado, pois exerceu até recentemente o elevado cargo de Cônsul da República Federal da Alemanha no Paraná, deixando considerável fôlha de serviços prestados para o maior entrelaçamento Brasil-Alemanha.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência ao Consulado da República Federal da Alemanha no Paraná, e à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1971.

(a) — Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prof. FRANCISCO GOMES RIBEIRO, ocorrido em data de ontem.

O desaparecido foi, em vida, um símbolo constante de altivez, honestidade, decência e coerência, tendo exercido com raro brilhantismo e amor, o cargo de professor do então "Ginásio Paranaense", atual "Colégio Estadual do Paraná", do qual foi também, seu Diretor, por muitos anos.

Requer-se, finalmente, que da manifestação desta Assembléia seja dado conhecimento à família enlutada, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — Acyr José

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve requer, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos à serena e objetiva atuação do Secretário do Interior e Justiça, Doutor Rui Ferraz de Carvalho, revelando, em todas as ocasiões, a sua cultura, o seu bom senso, a sua acuidade jurídica, e a visão panorâmica dos problemas que lhe estão afetos.

Requer ainda que, da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Presidente do Sindicato, Sr. José Jordão Bezeze, e ao Vereador Jamil Nakad, Secretário Executivo do Momral em Cambira, e à Srta. Neuza Menegozo, Coordenadora.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1971.

(a) — Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer, ouvide o Plenário, voto de congratulações à Exma. Sra. D. DIRCELIA BUSSE, Presidente do Serviço de Obras Sociais (S.O.S.) de Londrina, pelo brilhantismo com que se revestiu o IV Congresso de S.O.S., realizado naquela cidade, que contou com a presença de destacadas figuras que atuam no setor das obras sociais no Brasil, e que tratou de assuntos de realidade tão palpitante,

como sejam o contróle do crescimento populacional e planejamento familiar.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à homenageada.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.971

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações ao Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambira, pela alfabetização de 902 alunos, em convênio com o MOBRAL.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.971.

(a) — Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações à Professora GELTA GELBECKE PEREIRA, pela publicação da Obra "ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA PARA EDUCAÇÃO BÁSICA" Primária.

A Professora Gelta Gelbecke Pereira, nos 23 anos de magistério, sempre dedicados ao ensino primário, como professora e diretora de Grupo Escolar, sempre dedicou-se à nobre tarefa de ensinar com amor e dedicação. Estudiosa dos mais modernos métodos de ensino ao primário, conseguiu, em sua obra, condensar toda a experiência acumulada ao longo de sua carreira.

Sendo a professora Gelta, paranaense, nada mais justo que esta Casa de Leis venha, através do presente Requerimento, apresentar-lhe uma justa homenagem, uma vez que sua obra vem tendo a mais alta aceitação em outros Estados, tendo recebido elogios por parte de várias autoridades em educação.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente.

Considerando:

1. Que no final da última semana, em virtude de ferimentos recebidos na localidade de São José, Município de Toledo, veio a Curitiba em estado grave, um jovem lavrador daquele local, transportado até aqui para ser hospitalizado;

2. Que, na ocasião, o pai da vítima e um cidadão que a transportou, informou que diversas irregularidades vêm sendo praticadas na região, por jagunços intitulados de posseiros, os quais ameaçam os lavradores e, inclusive, foram os responsáveis pelo atentado contra seu filho, desferindo-lhe um tiro na região da espinha;

3. Que os referidos jagunços ameaçam os trabalhadores rurais, induzindo-os a abandonarem suas terras sob pena de castigos físicos.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, officie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública solicitando que S. Exa. ciente das veracidades das informações aqui constantes, se digne determinar as medidas necessárias para que volte a restabelecer a necessária tranquilidade naquela progressista região do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1.971.

(x) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, da "Proclamação dos Direitos Gerais e Especiais dos Deficientes Mentais", que foi um dos temas tratado por ocasião do V Congresso da Federação Nacional das APAES, realizado no Estado da Guanabara, de 23 a 31 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1971.

(a) — Mauricio Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado um apêlo aos Exmos. Srs. GOVERNADOR HAROLDO LEON PERES e SECRETARIO CASSIO BITENCOURT DE MACEDO, no sentido de ser concedido um crédito especial no valor de Cr\$ 100.000,00 ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, a fim de que o órgão competente possa levar o terminal de alta tensão aos quarteirões do FELIXO, BOTIATUVA e SÃO CARLOS, situados no Município da Lapa.

Requer, ainda, seja endereçado à Câmara Municipal da Lapa uma cópia da proposição e justificativa.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

O esforço em pauta na Administração Pública, com vistas a descomprimir e impulsionar a ECONOMIA RURAL, atuando na criação de novos estimulados ao HOMEM DO CAMPO, encontra ressonância na medida ora proposta, uma vez que promoverá incentivos capazes de sustar o extraordinário êxodo que se verifica na região em tela, fenômeno decorrente do empobrecimento, como consequência do processo de marginalização a que foram submetidas as colônias de imigrantes instaladas na região em apêço.

O reerquimento da economia rural da área acima mencionada, somente será viável mediante a injeção de novos recursos que possibilitem o estabelecimento de um estado de equilíbrio e igualdade, como elemento de compensação às "condições adversas" com que luta o agricultor daquela região.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e Considerando:

1 — que, em meados de 1968, o Instituto Brasileiro do Café, em telegrama enviado ao Prefeito Municipal de Antonina, assinado pelo então diretor Orlando Mastrocola, informou-se que a diretoria da autarquia havia baixado ato elevando para agência de primeira categoria as dependências do IBC, no Município;

2 — que, até agora, as medidas necessárias, tais como a estruturação de quadro próprio de funcionários para a implantação da agência, não foram adotadas, fato que muitas vezes origina sérios problemas, uma vez que a fiscalização do embarque de café depende da presença de funcionários da autarquia que não residem em Antonina, obrigando a paralização do embarque em navios na ausência destes;

3 — que, o Porto de Antonina está realizando um movimento muito grande de embarque de café para o mercado interno, merecendo a imediata implantação da agência referida no item 1;

Requeiro à Mesa, na forma regimental, envie-se telex ao Presidente do IBC, solicitando de S. Exa. que se digne determinar as medidas necessárias

para a urgente implantação, em Antonina, de agência de primeira categoria da autarquia, dando-lhe ciência do inteiro teor deste.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja criada por esta Presidência, uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os fatos pelos quais, até o presente momento, não foram pagos os vencimentos do pessoal suplementarista e contratado do Estado, que está sem receber há vários meses.

A situação deste pessoal é precária, chegando alguns a passar necessidades, enquanto o Governo alardeia aos quatro ventos que mantém rigorosamente em dia os vencimentos do funcionalismo. Uma CPI poderia mostrar a razão deste atraso, para que medidas sanadoras fossem tomadas.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — Álvaro Dias

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, justificativa de faltas do dia 26 de agosto corrente, por encontrar-me no Município de São José dos Pinhais, colhendo informes para encaminhamento de proposição nesta Casa.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, com assento nesta Casa, "data vênua", requer à Mesa, com fundamento no art. 194, II, parágrafos 3.º e 4.º, do Regimento Interno, se digne ordenar sejam-lhe abonadas as suas faltas às sessões dos dias 13, 23 e 27 do mês em curso, visto que nas mencionadas datas se encontrava ausente desta Capital, no trato de assuntos ligados às suas atividades legislativas.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1971.

(a) — Muggiati Filho

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 185/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Guaraniáçu, uma Inspeção Regional de Ensino.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A posição geográfica do importante Município de Guaraniáçu, ponto convergente de progresso econômico e expansão educacional, justifica a intenção do presente Projeto. A Inspeção Regional de Ensino, no atendimento constante aos problemas educacionais e às normas administrativas do ensino, seria um benefício extraordinário a toda região adjacente do Município em questão, fazendo com que os discentes e docentes de todos os estabelecimentos escolares tivessem atendidas, com mais rápida eficiência, as suas reivindicações no âmbito do desenvolvimento intelectual.

PROJETO DE LEI N.º 186/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma Cadeia Pública e uma Delegacia de Polícia, na sede do Município de Guaraniáçu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1971

(a) — Antônio Costa

JUSTIFICATIVA:

A ordem pública é um dos anseios maiores do laborioso povo paranaense. Assim, deve-se legislar no intuito de materializar esse desejo; a construção de Cadeias Públicas e Delegacias de Polícia, dentro dos requisitos modernos para funcionamento, no que concerne à segurança, contabilidade e higiene, deve ser meta prioritária para os responsáveis pelo bem estar e pela paz do profícuo povo do Paraná. Com os prédios construídos, toda a vasta região será beneficiada, pois tanto os representantes da lei laborarão com mais conforto, com os rompedores da ordem estarão com mais firmeza isolados do seio da sociedade.

PROJETO DE LEI N.º 187/71 •

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma Ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) — Quielise Crisóstomo

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei, pretendemos a construção de uma Ponte sobre o Rio Barro Preto, ligando os Municípios de Astorga, Munhoz de Mello e Santa Fé, o que virá por certo trazer grandes benefícios à região, por facilitar a ligação entre os referidos municípios.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Tenho a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, do sr. Vereador do Município de Colombo, Reinaldo Cecon.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deveríamos trazer hoje o pronunciamento repudiando as ofensas perpetradas, através desta Tribuna, pelo Sr. Deputado Paulo Poli contra este Deputado, na sessão da última sexta-feira.

Naquela oportunidade, encontramos-nos na cidade de Londrina, participando do 1.º Encontro Metodista em ação no Paraná.

Estamos com o discurso pronto, porém, respeitando a ausência do Sr. Deputado Paulo Poli, deixaremos para amanhã o nosso pronunciamento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

Estando ausente o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados:

(Lendo): "Apresentamos na sessão de hoje — e o Sr. 1.º Secretário já fez a leitura respectiva — requerimento, solicitando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar os fatos pelos quais o Governo do Estado, até o presente momento, não tem saldado os seus compromissos com professoras suplementaristas, zeladoras e funcionários contratados do Estado, que estão com os seus vencimentos há seis meses atrasados. Enquanto o Governo alardeia em todos os cantos estar em dia com o funcionalismo público, nós sentimos

a situação dramática por que passam esses funcionários contratados. Não falaremos nesta oportunidade a respeito desta situação, porque somente vivendo-a poderíamos ter condições de, com palavras, defini-la exatamente.

Apresentamos esta CPI, porque entendemos estar o Governo do Estado não cumprindo com o preceito constitucional que estabelece ser a valorização do trabalho uma condição para a dignidade humana, e pretendemos, portanto, o cumprimento do preceito constitucional que está sendo ferido pelo Governo do Estado. E o fazemos também, lembrando palavras do próprio Sr. Governador do Estado, no seu discurso de posse, quando afirmava entre outras coisas: — Não é demais afirmarmos que o nosso primeiro compromisso é com a verdade, nos termos em que a colocou o Presidente Médici, ao proclamar que o que o povo ainda reclama da Revolução não era o que ela havia feito, mas o que ainda não tinha podido fazer. Na verdade, o que queremos com esta CPI, é que o Governador cumpra com o prometido, e faça com que as suas palavras sejam ouvidas.

Na verdade, já é tempo de que se coloquem ao alcance da justiça e sob a tutela da lei, tanto os pequenos e desavisados que a transgridem, quanto, e sobretudo, os poderosos, os detentores do Poder Público que, por esta condição, tem dobrada obrigação de não atentar contra os interesses juridicamente protegidos do povo do Estado.

Agir assim, é agir com justiça; não é perseguir; é defender principalmente a grande maioria anônima dos que trabalham em favor do Estado e do País, contra a cupidez dos poucos.

Fizemos uso destas palavras, porque esta CPI poderá mostrar ao Paraná as razões do atraso de vencimentos destes funcionários. Porque, infelizmente, não encontramos explicação para tal acontecimento. Gostaríamos na oportunidade, também, de nos referir a outros fatos que têm acontecido, pelo menos na nossa região, no norte do Estado do Paraná. Há três meses, os professores vêm descontando na folha de pagamento a importância de trinta e seis cruzeiros, sem saber do que se trata. Descontam em suas folhas de pagamento esta importância, sem qualquer explicação, sem qualquer justificativa.

Aquêles que procuravam a Secretaria de Educação e Cultura, foram informados de que este desconto era um pecúlio, era para uma Companhia de Seguros, e houve também promessas de que, a partir de setembro, não mais se descontaria a importância de 36 cruzeiros. Porque os professores não pediram, não solicitaram, nem sequer receberam uma explicação. Outro fato que gostaria também de relatar na oportunidade: no Governo passado, os professores recebiam seus pagamentos através do Banco do Estado, ou através de outros estabelecimentos de crédito, nas cidades aonde não existem agências do Banco do Estado. No atual Governo, os professores estão recebendo apenas através do Banco do Estado. E os professores que recebem pouco, recebem atrasado, e ainda precisam perder um dia ou talvez mais, de trabalho, para se deslocarem até a cidade onde possui agências do Banco do Estado. E outro fato que deve ser esclarecido, é outra falha que deve ser corrigida. Nós solicitamos à ilustre Bancada governista nesta Casa, que dê cumprimento à nossa CPI, porque não só o fato de atraso de vencimentos poderá ser esclarecido, como também estes outros fatos que citamos na oportunidade. Porque o Governo deve explicar a sua utilidade, deve explicar as atitudes que toma; o Governo não pode deixar o povo alheio aos acontecimentos, e sobretudo quando injustiças são cometidas, sobretudo quando alguém está sofrendo as consequências destes atos, deve merecer uma explicação e, sobretudo, uma justificativa. Justificativa que venha de encontro à realidade. Porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta CPI é solicitada neste instante, não com o espírito de tumultuar, mas com a vontade de esclarecer, porque tumultuar a educação é fazer o que se está fazendo neste Estado, com vencimentos atrasados há mais de seis meses, com cobrança de taxas inexplicáveis, e com o pagamento feito através do Banco do Estado, quando ele inexistia em muitas cidades do nosso Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expe-

diente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa participação no dia de hoje é para dizer da satisfação, não somente minha, como dirigente sindical que sou, mas de quase todos os Presidentes de Confederações Nacionais. A Federação de Trabalhadores, que participará nos dias 25 e 26, juntamente com a Comissão de Economia da Câmara Federal, em Brasília, para opinar sobre o Projeto n.º 3834-63. A satisfação nossa, primeiramente, é de que os dirigentes sindicais do Brasil, normalmente quando se convertem em Lei as suas reivindicações, é comum se ouvir que as Leis nunca saem de acordo com o que querem os trabalhadores, e estas leis, dificilmente são aplicadas, devido à falta de conhecimento daquelas que fazem referidas leis. E, para surpresa nossa, pela primeira vez que aconteceu, no Congresso Nacional, a Comissão de Economia convida todos os Presidentes de confederações do Brasil e, entre os convidados, eu tive o privilégio também de ser convidado, pelo Paraná, juntamente com outros dirigentes sindicais, onde, naquela oportunidade, pudemos apresentar algumas Emendas que foram levadas, em consideração, à Comissão do Projeto 3834, que assegura aos empregados de sociedades anônimas, o direito de preferência para subscreverem 20% do capital das empresas, e dá outras providências. As Emendas apresentadas por nós, naquela oportunidade, foram as seguintes: (Lê) — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

E diga-se de passagem que, quase na sua totalidade, foram de encontro não só às aspirações dos trabalhadores brasileiros, mas às aspirações dos trabalhadores do mundo todo, de poderem participar, não somente com seu trabalho, seu suor, na empresa em que ele trabalha, mas também participar no próprio capital da empresa, dando assim mais ânimo para que os trabalhadores possam prouzir muito mais, e, no contexto do Projeto de Lei, no Artigo 2.º, nós temos a seguinte leitura: "considerando-se empregado para os efeitos desta lei, toda pessoa física que, prestando sob dependência, sob salário, serviço de natureza não eventual da empresa, estiver na data da realização da assembléia que autorizar o... (Continua lendo). — (A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço de Taquigrafia).

A nossa emenda foi para que reduzisse não se fixasse o prazo determinado para os empregados da empresa. Nós teremos, por exemplo, os nossos empregadores, através do fundo de garantia, por tempo de serviço e que automaticamente as indenizações do trabalhador já são solicitadas, nós estaremos correndo um perigo muito grave em que a empresa nunca deixará o trabalhador completar cinco anos de tempo de serviço, para que esses mesmos trabalhadores não pudessem usufruir desses benefícios que a Lei, por certo, irá propiciar, que é de participar na compra das ações da referida empresa.

Então, a Emenda apresentada por nós, naquele Plenário da Comissão de Economia, e que o seu relator acatou e que também teve o apoio de todas as entidades sindicais do Brasil, lá representadas, foi para que se eliminasse o tempo de serviço. Assim, nós não teríamos 5 anos, mas desde que ele fosse empregado efetivo da empresa, ele participaria, com direitos iguais a qualquer outro empregado, para subscrever os 20 por cento.

A segunda Emenda que nós apresentamos ao artigo 60 do referido Projeto, diz o seguinte: "A integralização das ações subscritas pelo empregado será feita em dinheiro, sendo 10 por cento no ato da subscrição e o restante em 12 prestações iguais, mensais. E, nossa Emenda, agora: "desde que essas prestações não superem 10% do salário percebido pelo empregado".

Assim, praticamente ele não teria, durante um ano ou pouco mais de um ano, para o pagamento das subscrições destas ações, o seu salário muito reduzido.

A outra Emenda que nós apresentamos ao Projeto de Lei, no artigo 14,

nós temos o seguinte: — “Terá reduzido o direito à subscrição de ações referentes aos novos aumentos de capitais, o empregado que venda ou ceda as ações por ter subscrito no exercício do direito de preferência”.

A nossa Emenda, nesse sentido, deu-se da seguinte maneira: “desde que a venda das ações ou mesmo do direito de subscrição, não seja para aquisição de casa própria, ou em segundo caso, seja usado este dinheiro para tratamento de saúde, em caso grave”.

Este é o Projeto de que nós tivemos oportunidade de participar, durante dois dias, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. E, naquela oportunidade, ouvimos as palavras dos dirigentes sindicais, para que se siga o exemplo, pela primeira vez, da Comissão de Economia que deu a oportunidade aos trabalhadores, às organizações de trabalhadores do Brasil, para que opinem sobre Projeto pertinente à classe trabalhadora; que este exemplo seja imitado por todas as Comissões, não só da Câmara Federal, como também do Congresso Nacional; do Senado e da Câmara.

Nós queremos aqui, nesta oportunidade, fazer um elogio todo especial ao Deputado Relator da Comissão de Economia da Câmara Federal, Deputado Sílvio Barros, pois ele foi o autor do Requerimento endereçado ao Presidente da Comissão de Economia, para que fossem ouvidas as lideranças sindicais do Brasil, neste Projeto.

E, como segundo tópico da nossa participação, no dia de hoje, nesta Tribuna, gostaríamos de comunicar aos srs. Deputados, que, no dia de ontem, estivemos em Cambira, numa festa promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela localidade e que esse Sindicato, através de seus delegados, nas vilas, nas propriedades rurais, conseguiram alfabetizar 902 alunos que, ontem, receberam seus diplomas. Se não me engano, essa é a maior turma, em todo o Estado do Paraná, alfabetizada de uma só vez. Mais de 900 pessoas que não sabiam sequer assinar o nome, senão com o polegar, hoje já poderão participar — não, logicamente, como participam as pessoas que cursaram o grupo escolar, o ginásio — mas já saíram daquela ignorância total, podendo participar da sociedade.

Outro tópico que queremos focalizar aqui nesta oportunidade, é inclusive encaminhar um requerimento à Mesa, propondo um voto de congratulações à D. Dircélia Busse, Presidente do Serviço de Obras Sociais — SOS — em Londrina. Durante todos esses dias em que foi realizado o IV Congresso SOS, em Londrina, estivemos participando do mesmo. E os assuntos tratados nesse Encontro são de grande interesse para toda a população, pois que procuram sanar esse grande mal que existe na sociedade, que são os indigentes, as pessoas menos favorecidas, que não podem ter dias melhores. E esse Encontro procurou sugerir medidas que visam melhorar a vida dessas pessoas.

Portanto, queremos nos congratular com D. Dircélia Busse, e os votos de que ela continue à frente do Serviço de Obras Sociais de Londrina, com o mesmo espírito, com o mesmo desembaraço que vem tendo durante todos esses anos, em benefício dos menos favorecidos.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Antônio Belinati.

Não se encontrando presente o nobre Deputado Antônio Belinati, concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho, terceiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havia pedido a minha inscrição para falar no Pequeno Expediente, encaminhando requerimento a S. Exa., o Sr. Secretário da Fazenda, com referência ao pagamento de professores e outros funcionários no interior do Estado. Mas cheguei um pouco atrasado a esta reunião, e não me foi possível usar da palavra no Pequeno Expediente, e, por isso, neste momento, apro-

veito o pronunciamento do nobre Deputado Alvaro Dias, que se referiu ao mesmo assunto, isto é, aos Municípios onde não existe Agência do Banco do Estado, tendo os professores que andar de 60 a 70 km. para receberem seus pagamentos. Creio que o que sucede é que ainda não chegaram as inscrições na Agência do Banco do Estado, de onde devem ser distribuídas para os Bancos particulares, para pagamento diretamente aos professores e outros funcionários.

Por este motivo, estou encaminhando requerimento nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, de expediente transmitindo apêlo no sentido de determinar a execução do disposto no art. 12 e parágrafo, da Resolução n.º 082-71, publicada no Diário Oficial de 8 de junho de 1971, relativamente ao pagamento de vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil e militar do Estado, bem como dos Inativos, Pensionistas e Salário Família, por intermédio do Banco do Estado do Paraná S.A. ou, conforme o caso, de outros estabelecimentos de crédito.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1971.

(a) — Gilberto Carvalho”

De acôrdo com esta resolução, é permitido Convênio com Bancos particulares, para que este pagamento também seja feito. Com referência ao pagamento dos suplementaristas, posso afirmar que conheço Municípios que já receberam inclusive o mês de julho. No Município de Marumbi, os pagamentos dos professores está rigorosamente em dia, enquanto que em outros, como o vizinho Município de Jandaia do Sul os professores ainda não receberam. Mas esta falha é, às vezes, da Inspeção, no atraso da remessa da documentação necessária à Divisão do Ensino Secundário. Mas creio que isto deve ser sanado.

Recebi ainda radiograma de Borrazópolis e de São Pedro do Ivaí, pedindo o pagamento dos professores suplementaristas e, passando hoje na Secretaria de Educação, pude pegar o número das resoluções, e verifiquei na Despesa Fixa, que sairá no próximo mês. O que houve foi atraso na remessa da documentação para a Secretaria de Educação e Cultura.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. disse que passou pela Secretaria de Educação. Poderia me informar de quantos meses é o atraso atual destes professores suplementaristas, na região que V. Exa. representa?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Posso informar que não veio a documentação, não receberam nem um mês neste ano. Em Marumbi, estão em dia, receberam julho, inclusive.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Entendemos ser da responsabilidade do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, exigir a remessa desta documentação no prazo acertado. Governo não é uma pessoa apenas; é uma máquina. Todas as peças devem funcionar perfeitamente, e quem deve fazer com que funcionem todas essas peças é o Governo, é o Governador, através de seu representante direto, nesta oportunidade o Secretário de Educação e Cultura.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, concordo com V. Exa. que é uma máquina que precisa ser entrosada, e esse entrosamento está sendo feito. Sabe V. Exa. que houve várias alterações. Existem Estabelecimentos de Ensino em que o Diretor está respondendo pela Direção. Outros Estabelecimentos não têm Diretor nomeado, e é o motivo dos atrasos.

O caso das serventes, todos sabem que existe atraso, como também atraso sempre nos demais anos. No ano passado, as serventes receberam em setembro. Este ano houve aquele atraso na remessa à Secretaria de Educação, da relação das serventes. Ninguém sabia quem eram as serventes, porque eram pagas diretamente à Inspeção, e de lá era feita a distribuição. Este o

motivo do atraso; mas creio que ainda neste próximo mês, será feito esse pagamento.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Já que V. Exa. fala nesta oportunidade a respeito das serventes, gostaríamos que transmitisse um apêlo ao sr. Secretário de Educação e Cultura, ou ao responsável; reclamam as zeladoras, — recentemente estive em reunião com zeladoras no Município de Maringá — que são obrigadas a fazer plantão 3 horas, diariamente, no período de férias. E nada recebem durante as férias. O salário ínfimo que recebem mensalmente, já é insuficiente para suas despesas, e, não recebendo durante as férias, passam por necessidades tremendas. Entendemos que as zeladoras precisam viver também no período de férias. Daí porque fazemos esse apêlo. Relatam elas que, no Governo anterior, recebiam o período de férias, e no atual Governo deixaram de receber. Fazemos o apêlo a V. Exa., para que transmita aos responsáveis, na oportunidade, para que corrijam essa falha, atendendo assim essas humildes e prestativas serventes.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, tenho conhecimento de que não recebiam também o período de férias no Governo passado, mas, na realidade, fazer as três horas de plantão é uma necessidade; que sejam feitas as três horas, mas é preciso que sejam pagas.

Existe uma Comissão fazendo um estudo com referência aos vencimentos das serventes, que recebem 142 cruzeiros por mês; um estudo de maneira que possa haver um contrato pela CLT, para que se possa dar um contrato a essas serventes, o que é uma necessidade.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Sou membro da Comissão a que V. Exa. se refere. Com relação ao que o Deputado Alvaro Dias diz, que no Governo anterior as serventes recebiam durante as férias, queremos contestar S. Exa., porque podemos afirmar, com certeza, e está aqui um ex-Secretário de Estado, que foi titular da Secretaria de Educação, Deputado Cândido Martins de Oliveira, que inclusive confirmará isso, se houver necessidade. De modo que as serventes contratadas não recebiam. Os suplementaristas sim. Acredito que a confusão feita pelo Deputado, é que os professores suplementaristas recebiam durante as férias, mas não as serventes. De modo que fica o esclarecimento. A situação é a mesma que já existia antes. Estamos fazendo esse estudo — dessa Comissão faz parte, inclusive, um ilustre Deputado do MDB, o Deputado Belinati — e já as demarches estão bastante adiantadas, mas queremos só esclarecer esse aspecto, que se relaciona com o aparte do Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado Arthur de Souza, que veio trazer esclarecimento necessário, mas já tínhamos conhecimento na realidade, de que as serventes não recebiam.

O Sr. Alvaro Dias — Não tenho condições de afirmar se recebiam ou não, apenas fiz a afirmativa confiando na alegação de uma servente na reunião de Maringá, que nos afirmava que recebiam anteriormente, o período de férias. Talvez estivessem elas enganadas. Não tenho condições de afirmar com segurança a respeito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço os apartes que me foram oferecidos.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para confirmar o que V. Exa. acabou de testemunhar da Tribuna, em se tratando dos vencimentos das professoras suplementaristas do Ensino Médio: Todos os estabelecimentos de ensino que encaminharam proposta de aulas, de forma regular, atendendo ao que disciplina a Resolução do Conselho Estadual de Educação, tiveram a Portaria assinada, encaminhada ao DDF e, em consequência, já receberam o correspondente das aulas que ministraram. Tão somente não receberam ainda os estabelecimentos de ensino médio que encaminharam as propostas de forma irregular, ou não encaminharam as propostas de aulas suplementares. Daí do atraso verificado, não ser culpado por isto, o Governador do Estado, o Secretário da Fazenda, e também não se culpe o Secretário de Educação.

Tôdas as propostas encaminhadas de maneira regular, foram as Portarias assinadas, a DDF emitiu fôlhas, e os pagamentos foram efetuados. Poderia citar a V. Exa. que um sem número de estabelecimentos de ensino médio da minha região já receberam, e estão completamente em dia; outros não receberam nada, em razão de terem sido as propostas devolvidas, feitas uma meia dúzia de vêzes; retificadas, melhoradas, reformalizadas, e somente agora as Portarias estão sendo assinadas.

Não se culpe o Governo pela falta de cuidado de algumas Direções de estabelecimentos de ensino. V. Exa. está com toda a razão na defesa que fez.

O SR. GILBERTO CARVALHO — O seu aparte vem confirmar o que havia afirmado nesta Tribuna com referência a Municípios que já receberam pagamento, e outros que estão aguardando as propostas.

O Sr. Ivo Tomazoni — Não endosso absolutamente o que o Deputado Alvaro Dias acaba de me confidenciar. S. Exia. considera o Diretor de um Ginásio Estadual como se fôra o Governador do Ginásio. Isto, no seu entender não no meu. Ele ocupa uma função gratificada. Em razão de erros cometidos, as Portarias não foram assinadas. Apenas para confirmar, discordo da denominação que se queira dar a um Diretor de Estabelecimento de Ensino; não acho que a ele deva se atribuir a condição de Governador.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Como afirmei antes, o Diretor ou um Inspetor é um elemento que pertence à equipe de Governo. Disse que Governo não é composto de um só elemento. Governo é uma máquina com muitas peças. O Diretor é uma peça desta máquina; o inspetor é uma peça. Deve o comandante desta máquina fazer com que tôdas as peças funcionem. Naturalmente temos que responsabilizar o Governo. Quem vamos responsabilizar?

Os professores, os serventes que não receberam devem cobrar de seu patrão, e o patrão, no caso, é o Governo do Estado.

Creio ter esclarecido agora o Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. bem sabe que esta máquina está sendo entrosada, e é difícil, em poucos meses o Governo tomar conhecimento de uma simples servente no Interior do Estado, ou que uma Direção de Estabelecimento de Ensino não fez a remessa da proposta de aula.

Mas, creio que está sendo entrosada a máquina administrativa do Governo, em todos os setores.

O Sr. Ivo Tomazoni — Queria pedir perdão a V. Exa., porque enquanto ficamos dialogando paralelamente, V. Exa. fica da Tribuna, assistindo.

Mas, pelo que percebi, o Deputado Alvaro Dias deve estar brincando conosco. Uma peça da administração não funcionou como devia, na época oportuna, e isto propiciou erros no pagamento dos professores suplementaristas.

Isto não quer significar, volto a repetir, que o Governador tem responsabilidade nesse fato. Veja V. Exa. que seria impossível exigir que o Governado do Estado pessoalmente, verifique a validade ou não das propostas, das distribuições de aulas suplementares.

As Secretarias de Ginásios, em grande número, Escolas Técnicas, Escolas Normais, Científicas do interior, encaminharam propostas de aulas suplementares e ao fazermos, não atenderam às normas contidas nas resoluções; foram devolvidas, reformuladas. Não atendendo ainda aqueles dispositivos, foram devolvidas e ficaram passeando por aí vários meses. Não se pode culpar o Secretário de Educação, não se pode culpar o Governador do Estado, porque alguns estabelecimentos não procederam como deveriam ter procedido quando da primeira remessa da proposta de aulas. Eu o cumprimento pela oportunidade da defesa que faz desta Tribuna ao Governo do Estado, nesse particular, e quero, ao cumprimentá-lo, dizer que o nobre Deputado Alvaro Dias, em tudo que não está conforme, é culpa a pessoa do Governador, ou o Governo em si. Nós precisamos reconhecer as deficiências de alguns servidores estaduais em muitos setores da administração pública; exigir perfeição, hoje, quando o Governo ainda está se estruturando nessa nova fase adminis-

trativa que ele está impondo, para que melhor se possa administrar o Estado, é exigir demais!

O SR. GILBERTO DE CARVALHO — Más é o caso, nobre Deputado, com referência ao pagamento de professores e funcionários do Interior do Estado. Existe essa Resolução 82. O Governador pensou, o Sr. Secretário da Fazenda baixou a Resolução. Estão certos de que está sendo cumprida; agora, ele não pode verificar o Município, se existe ou não existe Banco do Estado. Então cabe a nós denunciarmos, e pedirmos que seja feito esse convênio, uma reclamação da Direção do estabelecimento de ensino. Visando a minha região, agora eu recebi o pedido dos inspetores, dos funcionários de estabelecimento, e estou fazendo neste momento, e eu tenho a certeza de que, no próximo mês, será analisado isso aí.

Então, não é a má vontade do Governo do Estado; então precisa da nossa ajuda; não é criticando o Governo que nós vamos conseguir, é abrindo o caminho certo, é colaborando e levando ao seu conhecimento certas irregularidades, para que não aconteça mais isso.

Muito obrigado pelos apartes que me foram solicitados, e pela atenção dos Srs. Deputados. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nós queremos abordar hoje um assunto que reputamos de suma importância, e que diz respeito a uma denúncia que faz o Presidente do CONTRAN, em relação a cintos de segurança; mas, entendemos que essa autoridade foi infeliz na maneira como abordou isso. Senão, vejamos:

Diz o engenheiro Sílvio Carlos Diniz Borges, Presidente do CONTRAN, que o CONTRAN tomou conhecimento de irregularidades na confecção de cintos de segurança, de cintos que estariam sendo vendidos em Curitiba e que, tomando conhecimento, dêle fazia uma advertência a essas firmas, para que não continuassem colocando no mercado tais cintos, porque, caso contrário, medidas drásticas iriam ser tomadas.

Sua Senhora declara que, quanto a esses cintos de segurança que estão sendo colocados na praça, já está de posse de um laudo técnico, acusando essas irregularidades.

Nós entendemos que aquele órgão não devia apenas fazer uma advertência, mas ir mais longe, porque os Senhores vejam:

Hoje, todo o automobilista é obrigado, para emplacar o seu automóvel, a equipá-lo com os cintos de segurança; muitos já atenderam a essa exigência, porque, sabemos, o emplacamento é feito paulatinamente, de acordo com o número de cada placa e, se a pessoa já colocou o cinto de segurança, e uma autoridade vem a público e diz que os cintos de segurança são defeituosos, que não correspondem, a pessoa fica a interrogar o seguinte: amanhã ou o carro é colhido, eu sofro um acidente, o cinto emperra; e se o carro pega fogo? Eu não poderia me livrar do assento, ficaria preso a ele, em consequências imprevisíveis?

Quer dizer: entendemos que, uma vez que há um laudo técnico, uma vez que o CONTRAN já sabe quais os cintos que são defeituosos, teria que fazer uma advertência ao público, que não adquirisse estes cintos, porque estavam condenados. Mas levantar uma premissa como esta, dizendo que há cintos defeituosos, que não correspondem tecnicamente, e não dizer que cinto é este; então fica uma interrogação e, inclusive, os fabricantes honestos, os fabricantes que trazem a praça e oferecem ao público automobilista um cinto de segurança perfeito, este também será prejudicado, porque neste momento, ninguém sabe o que vai comprar, ou com o que vai equipar o seu automóvel. E se é alguma coisa do setor de segurança, é algo que deve ser encarado com muita seriedade, com muito cuidado.

Os srs. vejam que na declaração do sr. Presidente do CONTRAN, Ss. diz o seguinte:

"O CONTRAN já tem em seu poder, relatório técnico que, depois de análises de laboratório, identificam junto a esta Presidência, os fabricantes que atendem e os que não atendem. Quer dizer, só há um laudo, que diz: "tais cintos são bons, aqueles outros são máus, devem ser rejeitados".

Depois diz mais: "Por ora não divulgo nomes, porque não pretendo execrar a empresa privada, a opinião pública". Mas não é este o caso; o que precisaria ser feito é o seguinte: uma busca e apreensão dos cintos defeituosos. Tirá-los do comércio, e tirá-los da circulação. Porque a verdade é esta: hoje o automobilista não sabe o que comprar, diante de uma declaração desta.

Diz Ss.: "voltarei ao assunto, desta feita para, de público, revelar as indústrias que estão burlando as determinações do CONTRAN".

Então o apelo que queremos fazer é este, para que a autoridade venha, de vez por todas, a público, e traga o nome ou as marcas dos cintos de segurança condenados pelo laudo técnico. O que não se pode ficar, como já dissemos, é no ar, sem saber o que se vai comprar, ou o que é mais sério ainda, sem saber se aquilo que nós temos em nosso automóvel presta ou não presta. E se num caso de acidente, vai funcionar ou não vai funcionar.

É o apelo que faço da Tribuna, na condição de homem público interessado no que diz respeito à segurança e, mormente no setor de trânsito, a esta autoridade, o Engenheiro Silvio Carlos Diniz Borges. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente, havíamos anunciado que deixaríamos para amanhã o pronunciamento que vamos fazer neste momento. Trata-se de uma réplica ao discurso que aqui proferiu na última sexta-feira o sr. Deputado da ARENA, Paulo Poli. Como salientamos, na oportunidade nos encontrávamos na cidade de Londrina, participando do 1.º Encontro Regional Metodista em Ação.

Inicialmente, iremos ler o aparte que o Sr. Deputado Paulo Poli concedeu ao brilhante e digno Líder da Bancada do Governo, Deputado a quem sempre tributamos as nossas mais calorosas homenagens, pela conduta, pelo trabalho que tem realizado, não apenas como Líder do Governo, mas também como panheiro de cada Parlamentar que aqui está representando o povo, S. Exa. o Deputado João Mansur. No aparte, disse o Sr. Deputado Paulo Poli.

"O eminente Deputado Antônio Belinati não tem condições técnicas e intelectuais para representar o Paraná nesta Casa. Os apartes, as posições, as atitudes deste menino, não devem merecer o nosso respeito, tais os absurdos, tais as atitudes, tais as teses levantadas por aquele parlamentar".

Sr. Presidente, srs. Deputados, venho à Tribuna hoje, em cumprimento ao que entendo seja um dever, um dever de gratidão aos companheiros de Bancada que assumiram posição em minha defesa, na sessão de sexta-feira última, quando, se aproveitando de minha ausência, um deputado proferiu violentos ataques à minha pessoa.

(Lê): Quero expressar meu reconhecimento aos companheiros que souberam revidar aquele pronunciamento, vindo confirmar o conceito elevado que deles esta Casa e eu sempre fizemos. Não atino com a origem do ódio gratuito a mim dedicado e expresse naquela oportunidade, com uma explosão violenta que, visando atingir-me, empestou o meio político paranaense, já desabitado pela evolução que tem experimentado, ao anacrônico estilo dos ataques pessoais; ao fazer esta manifestação, quero deixar claro que tenho como objetivo final dar uma satisfação aos companheiros, aos amigos que me confiaram a honrosa missão de representá-los. Responderei ao Deputado simplesmente por uma questão de respeito digno do povo paranaense, aquele ativo e honroso presente nas pessoas dos Srs. Deputados. Também em respeito aos que me elegeram, pois para cá me mandaram, na esperança de que cuidasse com dedicação dos seus interesses, nunca para me envolver na mes-

quinharia deprimente do desafôro e da ofensa pessoal. Tenho consciência exata de que o prestígio d'êste Poder está em razão direta do comportamento dos seus integrantes e que a imagem que dêle o povo faz é feita segundo o trabalho e as palavras usadas. Consciente desta missão, desta responsabilidade e que para responder aos ataques assacados contra a minha integridade, teria que descer, descer ao nível em que não seria mais possível retornar, é que me faz nesta oportunidade tolher o ímpeto de replicar, quem sabe, na mesma altura. Reafirmo perante esta Casa, mais uma vez, aquilo que nunca escondi e que meus representados sempre souberam. Não ostento títulos, sou filho de família pobre, comecei muito cedo a participar das dificuldades da vida, na honrosa luta que uma família de bem empreende para encaminhar os seus. Não tive a oportunidade que teve, quem sabe, o meu ilustre antagonista de cursar ainda escolas superiores e conquistar títulos de sapiência que me autorizassem a vituperar sobre o próximo. O povo da minha cidade, entretanto, não conhece êsse aspecto, e elegeu-me para representá-lo, primeiro na esfera municipal, como o mais votado Vereador de Londrina. No exercício dêsse mandato aprendi grandes lições, esforcei-me para corresponder à confiança daquela boa gente. Conclui parte do meu mandato e, já no segundo ano de Vereador, fui indicado para participar de chapa de candidato do MDB. Novamente, em incontestável manifestação de apoio daquela gente e que, para surpresa minha, concedeu-me uma maciça votação, fazendo-me o mais votado do meu Partido, com 25.068 votos. Manifestação que recebi com humildade e também, com responsabilidade, confiança que hei de honrar com autenticidade e com dedicação.

Logo que assumimos o mandato de Deputado Estadual, tínhamos uma profunda admiração pelo Senhor Deputado Paulo Poli. Viamos em S. Exa. um homem simples e, aparentemente, um grande companheiro. Hoje, confesso, não tenho mais nenhum laço de amizade com êsse parlamentar, porque em poucos dias pudemos acordar para um engano. Em se tratando de nosso inimigo, temos recebido constantemente ofensas de Sua Excelência, tôdas elas sem resposta, justificando-se sua posição, quando procura, a cada dia, nos ofender mais, através dos trabalhos desta Casa de Leis.

A melhor resposta está na Bíblia, em Eclesiastes, capítulo 12: — “Desconfiança para com os inimigos; o amigo não se conhece durante a prosperidade e o inimigo não se pode esconder na adversidade. Quando um homem é feliz, seus inimigos estão tristes, é na desgraça que se reconhece um amigo. Não confies nunca em teu inimigo, pois a malícia dêle é como a ferrugem que sempre voita sobre o bronze. Ainda mesmo que se humilhe e ande todo submisso, sé vigilante e precavê-te contra êle. Não o estabeleças junto a ti, nem êle se assente à tua direita, para não suceder que êle queira tomar o teu lugar para tomar o teu assento; e que reconhecendo enfim a veracidade das minhas palavras, sintas o coração tocado pelo que digo: Quem terá pena de um encantador de serpentes mordido por uma cobra, e de todos os que se aproximam das feras? Assim acontece com aquele que priva o malvado, e que se acha envolvido nos pecados dêle. Ficará uma hora contigo, mas se vieres a fraquejar, não mais poderá conter-se. O inimigo tem a doçura nos lábios, enquanto no coração arma laços para te lançar na cova. O inimigo tem lágrimas nos olhos, mas, se tiver oportunidade, será insaciável de teu sangue. Se a desgraça te ferir, não hás de achá-lo em primeiro lugar; êle tem lágrimas nos olhos, mas, fingindo socorrer-te, dar-te-á uma rasteira. Abanará a cabeça e baterá palmas e, mudando de semblante, não cessará de cochichar.

Temos evitado os discursos que eventualmente possam ferir os honrados componentes desta Augusta Casa do Povo. Pautamos nossa conduta, rigorosamente dentro da ética. As opiniões de Aristóteles a respeito da ética, representam, em sua maioria, as opiniões predominantes entre os homens educados e experimentados. Aquêles que não ficam por baixo, nem se erguem acima do nível dos cidadãos decentes e de bom procedimento, encontrarão na ética uma descrição sistemática dos princípios pelos quais afirmam que a

sua conduta deve ser regulada. Aquêles que exigem algo mais ficarão desapontados. O bem, dizem-nos, é a felicidade, que é uma atividade da alma.

Há duas espécies de virtudes: "Intelectual e moral", correspondentes às duas partes da alma. As virtudes intelectuais procedem do ensino; as virtudes morais, do hábito. Compete ao legislador tornar os cidadãos bons, inculcando-lhes bons costumes. Tornamo-nos justos, executando atos justos, acontecendo o mesmo quanto às outras virtudes. Sendo obrigados a adquirir bons costumes, acabaremos, com o tempo, pensa Aristóteles, encontrando prazer em praticar boas ações. Isto faz com que nos lembremos do discurso de Hamlet à mãe:

Finge uma virtude, se não a tens.

Esse monstro, o costume, que devora todos os sentimentos,

Sendo um demônio quanto aos hábitos, é um anjo, porque

Para executar ações belas e boas

Nos dá, do mesmo modo, um hábito de frade ou uma libré,

que vestimos sem dificuldades.

Chegamos, agora, à famosa doutrina do justo meio termo. Toda virtude é um meio entre dois extremos: cada um dos quais é um vício. Prova-se isso mediante o exame das várias virtudes. A liberalidade é um meio termo entre a prodigalidade e a mesquinhez; o dito esquivo, entre a chocarrice e a grosseria; a modéstia, entre a timidez e o descaramento.

Para Aristóteles, o homem magnânimo pertence à classe de homens que dispensa favores, mas se envergonha de recebê-los; porque uma dessas coisas é sinal de superioridade, e a outra de inferioridade. É capaz de conferir, em troca, benefícios ainda maiores, pois, assim, o benfeitor original, além de ser pago, incorrerá em dívida para com ele. Deve também ser franco em seu ódio e em seu amor, pois, ocultar os próprios sentimentos, isto é, preocupar-se menos com a verdade do que com a opinião alheia, é próprio dos covardes... Fala livremente porque é desdenhoso, e costuma dizer a verdade, exceto quando fala com ironia às criaturas... Também não é dado à admiração, pois, para ele, nada é grande.

Causa-nos arrepios pensar num homem vão.

A opinião aristotélica, de que a mais alta virtude é somente para poucos, acha-se logicamente ligada à subordinação da ética à política.

A relação entre a ética e a política dá margem a outra questão ética de considerável importância. Supondo-se que o bem que a ação correta devia ter em mira é o bem de toda a comunidade, ou, em última análise, de toda a raça humana, é este bem social uma soma dos bens desfrutados pelos indivíduos ou é algo que pertence essencialmente ao todo, e não às partes?

Uma parte considerável da ética trata da discussão da amizade, incluindo todas as relações que envolvem afeto. Amizade perfeita só é possível entre os bons.

Os amigos constituem um conforto no infortúnio, mas não se deveria torná-los infelizes procurando-se sua compaixão, como fazem as mulheres e os homens afeminados. Não é só no infortúnio que os amigos são desejáveis, pois o homem feliz precisa de amigos com quem compartilhar sua felicidade. "Ninguém escolheria o mundo todo sob a condição de estar só, já que o homem é uma criatura política, e faz parte de sua natureza viver na companhia dos demais". Tudo o que se diz sobre a amizade é sensato, mas não existe uma única palavra que se eleve acima do senso comum. A boa amizade traz a felicidade, que reside na atividade virtuosa, e a felicidade perfeita consiste na melhor atividade, que é contemplativa. A contemplação é preferível à guerra, a qualquer carreira prática e à própria política, pois permite o lazer, e o lazer é essencial à felicidade. A virtude prática produz apenas uma espécie secundária de felicidade; a felicidade suprema está no exercício da razão, pois a razão, mais do que qualquer outra coisa, é o homem.

De maneira mais geral, há uma pobreza emocional de Ética; há algo indevidamente delambido e confortável nas especulações sobre os assuntos humanos; tudo o que faz com que os homens sintam um interesse apaixonado pelos

seus semelhantes parece ter sido esquecido. Todos os aspectos mais profundos da vida são, ao que parece, desconhecidos. Deixa de lado, pode-se dizer, toda a esfera da experiência humana que diz respeito à religião. O que tem a dizer é só o que serve para o uso de homens acomodados e de paixões fracas; mas nada tem a dizer aqueles que são possuídos por um Deus ou por um demônio, ou a quem os infortúnios exteriores conduzam ao desespero. Por essas razões, na minha opinião, a sua ética, apesar de sua fama, carece de importância intrínseca.

Lamentamos que o senhor deputado Paulo Poli, que nos chamou de “menino” e ignorante, não esteja usando sua inteligência numa Universidade. Sua Excelência, ao analisar nosso grau de cultura, deixou a modéstia de lado, para se impôr nesta Casa como um grande intelectual.

Nos propusemos a representar o povo do Paraná, na Assembléia Legislativa, não com a preocupação de transformar esta Tribuna em picadeiro ou palco de teatro, encenando falsas posições para iludir o povo paranaense.

Em certa ocasião, o senhor Paulo Poli interrompeu um pronunciamento nosso, dirigindo-nos palavras ofensivas. Ficamos profundamente magoados com as ofensas proferidas por um Deputado que até então tínhamos admiração. Contudo, para nossa estranheza, na saída do Plenário, o mesmo deputado Paulo Poli veio nos pedir para não levar-mos a sério sua ofensa, pois era de “araque”, para esquentar um pouco a sessão. Chegou a dizer que numa outra oportunidade eu lhe daria uma “chacoalhada” e estaria tudo certo. Disse o Senhor Deputado que isto era feito visando animar um pouco as sessões do Legislativo.

A atitude do senhor Paulo Poli nunca foi por nós replicada, porque lutamos com o mais puro idealismo.

As vezes, é preferível ser chamado de um menino-bem intencionado, do que ser chamado de mal intencionado em qualquer idade. É melhor ser chamado de menino do que ser chamado de contrabandista.

Não somos daquele tipo de político que em todas as eleições tem que mudar de região porque seus eleitores não lhe votam mais do que uma vez, tendo-se que a cada pleito mudar os redutos eleitorais.

Não pretendemos baixar ao mesmo nível que pretenderam nos levar, porque na verdade nosso vocabulário é simples. Somos o que somos, e não o que querem que sejamos. Não vamos fazer contrabando de palavras que o povo não entende, visando enriquecer nosso vocabulário. Não somos intelectuais, não é segredo para ninguém, nem mesmo para os 25.068 eleitores que nos elegeram.

Eles sabiam que não estavam votando num intelectual, mas num moço que conviveu no seu meio, que fala o linguajar mais comum possível, de fácil entendimento de todos. Com a ajuda de Deus estaremos, no próximo ano, tentando ingressar na Universidade.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado. As lições de cultura que estamos aprendendo na escola, serão de grande utilidade na nossa carreira política, pois para isso ainda somos jovens. E aqui não é escola, aqui não é Universidade, mas uma Casa onde estão os legítimos representantes do povo. Quero sair desta Casa, ao final do mandato, de cabeça erguida; na minha folha de serviços jamais o mandato que o povo me conferiu será utilizado para empregar filha ou para elaborar leis que tenham por única finalidade e aposentadoria bem remunerada para a esposa, nem tampouco permitirei que meu nome se transforme numa autêntica piada por propor medidas demagógicas ou absurdas, como a mudança da Capital para Campo Mourão.

Há homens que trocam a dignidade por votos. Trocam o respeito de seus pares por manobras eleitoreiras.

E para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, caso o sr. Deputado Paulo Poli pretenda nos dar lições de cultura, poderemos aceitá-las, com muito prazer, mas S. Exa. terá, primeiro, que se inscrever no MOBIL.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 172-70, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00, a Dolores Vieira. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 172-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), a Dolores Vieira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1971.

(aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 192-70, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Branca Fernandes", um dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 192-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Branca Fernandes", um dos Estabelecimentos Estaduais de Ensino da Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1971.

(aa) **Maurício Fruet** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Antônio Maciel

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98-71, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Brasileira de Estudos Espiritas (SEBEE) com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública a "Missão Cristã do Brasil", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que dá nova redação ao artigo 7.º, da Lei n.º 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pelo artigo 1.º, da Lei n.º 5.802, de 12 de julho de 1968. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, o Poder Executivo instituirá anualmente, através da FUNDEPAR, o "Concurso de Literatura do Paraná", e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 128/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Poder Executivo instituirá anualmente, através da Fundepar, simultâneo ao Concurso Nacional de Contos, o CONCURSO DE LITERATURA DO PARANÁ, versando sobre temas de história e folclore regionais.

Art. 2.º — A natureza, espécie ou categoria dos trabalhos literários serão definidos em Regulamento próprio.

Art. 3.º — Poderão participar do certame candidatos residentes ou não, no Estado do Paraná.

Art. 4.º — O valor dos prêmios atribuídos a ambos os concursos será sempre equivalente, obedecidas as respectivas modalidades de inscrição.

Art. 5.º — O Regulamento, a que se refere o art. 2.º, será elaborado pelo órgão competente no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação da presente lei.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de julho de 1.970.

(a) Túlio Vargas

JUSTIFICAÇÃO:

Se é evidente que o Concurso Nacional de Contos, promovido anualmente pela FUNDEPAR, está produzindo benéficos resultados em favor da cultura brasileira, não é menos verdade que tal investimento do Governo paranaense ainda padece de determinadas deficiências.

Esses certames revelam talentos, descobrem inteligências e realçam o conceito do Paraná. Mas, há, é inegável, uma grave indiferença em relação aos valores históricos e artísticos que compõem o patrimônio cultural do Estado.

Não se estimula o interesse pelo estudo e a pesquisa dos fatos que informam a tradição paranista, nem a investigação dos exemplos que enobreceram os intelectuais, os heróis e patriotas do Paraná de ontem, nem a evocação dos bandeirantes e sertanistas que riscaram os novos contornos geográficos da Província.

As bibliotecas carecem de obras sobre o Paraná. Os estudiosos se alarmam ante a pobreza da bibliografia paranaense. O Paraná moderno, ampliado na sua riqueza humana, pelo encontro de múltiplas correntes migratórias, desconhece a sua própria história, as suas origens, as suas lutas de antanho, os seus benfeitores e paradigmas.

Ignora as tradições que enriqueceram a imaginação e a ufania das gerações mais velhas, mais antigas. Triste realidade. Se não houver uma emulação capaz de reacender a paixão paranista para o culto dessas caras evidências, se diluirá, no silêncio do tempo, uma inestimável fonte de inspiração e virtualidades.

É mistér despertar amor e curiosidade por esses aspectos positivos da civilização paranaense. Um Concurso, nos termos em que se propõe, fa-lo-á sobejamente.

Disse Gustavo Le Bon, citado por David Carneiro, que "as tradições conduzem aos povos. Sem tradição não há alma nacional. Cultuá-las é reavivar as forças vitais da nacionalidade".

Assim também entende esta Casa.

E não sendo conflitantes os objetivos do Concurso Nacional de Contos com os propósitos que anima este Projeto de Lei, mas, pelo contrário, se harmonizam e se completam na projeção do Paraná, é com tal espírito que se

justifica a idéia de promover-se o Concurso de Literatura do Paraná, buscando-se, com isso, suprir uma das lacunas mais sérias da nossa condição de povo civilizado.

Espera-se, pois, apolamento dos nobres pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 128/70

AUTOR: Túlio Vargas

SÚMULA: "O Poder Executivo instituirá, anualmente, através da Fundepar, o "Concurso de Literatura do Paraná" e dá outras providências".

PARECER

1) O projeto vem articulado e justificado, na forma prevista pelo Regimento Interno.

2) A iniciativa é daquelas que, pela sua natureza, não fere nenhum preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto à sua oportunidade, nada a opor

3) Em face de tais razões, somos pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1.970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente,

Abrahão Miguel — Relator

Roberto Galvani, Ivo Thomazoni, Paulo Poli, Luiz Malucelli

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Túlio Vargas

SÚMULA: O Poder Executivo instituirá anualmente, através da "FUNDEPAR", o "CONCURSO DE LITERATURA DO PARANÁ", e dá outras providências.

PARECER

A medida preconizada pelo nobre deputado Túlio Vargas, se nos afigura das mais oportunas, pois visa projetar o nosso Estado no campo da literatura. Queremos crer que tal iniciativa é um investimento, que a curto prazo o Estado se vê ressarcido, em inteligências e talentos que se revelam e enriquecem o conceito do Paraná, além de suas fronteiras.

A proposição por outro lado, não fere qualquer preceito de ordem financeira, razão pela qual manifestamo-nos pela sua aprovação.

Parecer favorável, pois.

Sala das Comissões, em 29-04-71.

aa) — Leopoldo Jacomel — Presidente, Maurício Fruet — Relator

Santos Lima, Paulo Poli e Ovídio Franzoni.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

SÚMULA: Projeto 128/70, de autoria do dep. Túlio Vargas, instituindo o Concurso de Literatura do Paraná.

PARECER

1) A carência de obras sobre o Paraná em nossas bibliotecas é fato notório. O assunto já foi, por diversas vezes, motivo de debates nesta Casa, sendo citado o exemplo da Guanabara, que procura, por tôdas as formas, incentivar os seus escritores ao estudo e pesquisa dos fatos que se sucederam em seu território. Em nosso Estado, até agora, nada foi feito.

2) Por isso, entendemos a iniciativa do Deputado Túlio Vargas como sendo a concretização daquele desejo e, ainda, de grande interesse para o desenvolvimento de nossa cultura.

3) Não há impedimento legal, de utilidade, etc. para sua consumação.

O nosso Parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30-6-1971.

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Arizone Araújo, Francisco Escorsin

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/70, de autoria do Dep. Ivo Tomazoni, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 153/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Circunscrição de Trânsito de Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição sobre os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1.970.

a) Dep. Ivo Tomazoni

JUSTIFICATIVA:

Para acompanhar o desenvolvimento em que se encontra o Paraná, onde o Sudoeste representa uma considerável parcela nesse progresso, visando como é e deve ser a função do Estado, acompanhar e propiciar aos cidadãos os benefícios públicos, julgamos que no setor de transportes faz-se necessária uma circunscrição para os Municípios que acima enumeramos, uma vez que a região é vasta, o número de veículos cresce a cada dia que passa e outros benefícios no setor de trânsito são ressentidos pela população sudoestina.

Certos da compreensão e apoio para o presente plano de Lei, pois julgamos que é uma das mais justas reivindicações das populações daquela região paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 153/70

AUTOR: Deputado Ivo Tomazoni

SÚMULA: Cria a Circunscrição de Trânsito de Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição sobre os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema.

1 — O Projeto apresentado justifica, dado o grande desenvolvimento da região com crescente número de veículos tornando necessário melhor atendimento no setor de Trânsito, beneficiando o público que atualmente se desloca para outros centros acarretando sérias dificuldades.

2 — Nessas condições somos de Parecer favorável, à criação da referida Circunscrição.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Igo Losso

Muggiati Filho

Emílio Carazzai

Arthur de Souza

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Martins de Oliveira

COMISSÃO DE POLÍCIA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 153/70

O presente Projeto articula iniciativa do nobre Deputado Ivo Tomazoni, objetivando a criação de uma Circunscrição de Trânsito no Município de Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição sobre os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Pérola D'Oeste, Planalto e Capanema.

A proposição mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No mérito, competência desta Comissão, a medida pode ser aprovada, visto como as condições de tráfego e o volume de procura dos serviços da

repartição justificam plenamente a Circunscrição em Santo Antônio do Sudoeste.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em de maio de 1.971.

- aa) Paulo Poli — Presidente
Wilson Brandão — Relator
Aguinaldo Pereira Lima
Xenofonte Villanueva
Alvaro Dias
Santos Lima

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 153/70

De autoria do deputado Ivo Tomazoni, o Projeto de Lei em exame, visa criar Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição sobre os Municípios de Barracão, Pérola D'Oeste, Plana, Capanema e o Município sede.

A matéria já recebeu Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Polícia; Quanto ao aspecto financeiro, que nos cabe analisar, somos favoráveis.

É o Parecer.

Sala das Reuniões, em 05 de julho de 1.971

- aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator
Paulo Poli
Maurício Fruct

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/71, de autoria do dep. Antônio Costa, que transfere para a viúva Francisca Gutierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11 de dezembro de 1.965. — Parecer favorável da C.J. — COM SUBSTITUTIVO — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 41/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transferida para a viúva Francisca Macedo Gutierrez, a pensão mensal concedida a Gabriela Souza Macedo, pela Lei n.º 1.534, de 9 de dezembro de 1.953, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11 de dezembro de 1.965.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.971.

a) Dep. Antônio Costa

JUSTIFICAÇÃO:

A pensão mensal objeto dêste Projeto ora concedida, com todo cabimento e justiça, a uma figura veneranda, querida e tradicional de Curitiba, Gabriela Souza Macedo (Gabrielinha).

É de se lamentar, muitíssimo, seu passamento, recentemente registrado.

Ocorre, todavia, que a finada deixa uma irmã, de idade avançada, Sra. Francisca Macedo Gutierrez, viúva e desprovida de maiores recursos que lhe possibilitem uma velhice tranqüila e mais condizente com a tradição e significado de seu nome na sociedade paranaense.

Eis por que contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de fazer vingar nossa proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 41/71

AUTOR: Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir à viúva Francisca Macedo Gutierrez, a pensão mensal concedida a Gabriela Souza Macedo, na forma que especifica.

PARECER

1) — Na forma em que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interior, foi elaborada a presente Proposição:

2) — A iniciativa do nobre Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa é por todos os títulos justa e oportuna.

Todavia, a redação dada ao Projeto em tela merece, “data vênia”, reparos, razão pela qual apresentamos o substitutivo anexo, para melhor atender à técnica legislativa.

3) — Assim, pois, atendido o supra referido substitutivo anexo, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em de junho de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Odilon Reinhardt

Igo Losso

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Acyr José

Sebastião Rodrigues Júnior

SUBSTITUTIVO GERAL

Ao Projeto de Lei n.º 41/71

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir à viúva Francisca Macedo Gutierrez a pensão mensal concedida a Gabriela Souza Macedo, na forma que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à viúva Francisca Macedo Gutierrez, a pensão mensal concedida a Gabriela Souza Macedo, pela Lei n.º 1.534, de 09 de dezembro de 1.953, alterada pela Lei n.º 5.205, de 11 de dezembro de 1.965.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Odilon Reinhardt

Igo Losso

Sebastião Rodrigues Júnior

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/71, de autoria do Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal concedida à Senhora Maria Francisca Oliveira. — Pareceres favoráveis da da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 93/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a elevar de vinte e cinco cruzeiros (25,00) para cinquenta cruzeiros (Cz 50,00), a pensão mensal concedida à Sra. Maria Francisca Oliveira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de junho de 1.971.

a) Dep. Quiélse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Maria Francisca Oliveira, viúva de cabo de nossa Polícia Militar,

vem recebendo pensão desde 1.949. Com a falta de uma das pernas, a referida senhora enfrenta sérias dificuldades, principalmente de ordem financeira.

Por essa razão, é de muita justiça que se eleve o "quantum" de sua pensão mensal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 93/71

AUTOR: Dep. Quielise Crisóstomo da Silva

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão concedida a Maria Francisca Oliveira, na forma que especifica.

PARECER

1) — A iniciativa supra mencionada foi elaborada em atenção ao que determina o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) — Do exame realizado em referida Proposição, concluímos estar a mesma revestida dos mais sadios princípios de justiça e atendendo os preceitos de ordem legal, que determinam que pensão alguma deverá ultrapassar o teto de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros):

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa de seu Autor.

3) — Em face de tais considerações, somos pela sua **aprovação**.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 6 de julho de 1.971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Igo Losso

Borsari Netto

Muggiati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Odilon Reinhardt

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 93/71

O presente Projeto de Lei é matéria de caráter autorizatório, não implicando, portanto, em dispositivos de ordem financeira. De outro lado, existe verba própria no Orçamento Geral do Estado, para atendimento de casos desta espécie.

Pelo exposto, somos pela aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1.971.

aa) Leopoldo Jacomei — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Paulo Poli

Santos Lima

Fuad Nacli

Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Acyr José e Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ceimira Chede, esposa do Dr. Nagib Chede. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Francisco Gomes Ribeiro. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Izaura Suplicy de Lacerda. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja endereçado apêlo aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Viagem e Obras Públicas, no sentido de ser concedido crédito especial ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, para melhorias no Município da Lapa. — **Aprovado**.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cambira, pela alfabetização de 902 alunos, em convênio com o MOBRAL. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rudolf Rabes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Sra. Dircélia Busse, Presidente do Serviço de Obras Sociais, de Londrina, pelo brilhantismo com que se revestiu o IV Congresso do S.O.S. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Professora Gelta Gelbecke Pereira, pela publicação da obra "Enciclopédia ilustrada para educação básica". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da "Proclamação dos Direitos Gerais e Especiais dos Deficientes Mentais", que foi um dos temas tratados por ocasião do V Congresso da Federação Nacional das APAES. — **Aprovado.** (O texto a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Presidente do IBC, no sentido de ser determinada, com urgência, a implantação, em Antonina, de uma agência de primeira categoria da autarquia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da Tribuna, no sentido de ser encaminhado apêlo ao Sr. Secretário da Fazenda, para que seja pôsto em execução o disposto no Diário Oficial de 8 de junho de 1.971, relativo ao pagamento de vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil e militar do Estado, bem como dos Inativos, Pensionistas e Salário Família. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de serem determinadas providências necessárias para restabelecimento da paz e tranquilidade no progressista Município de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à serena e objetiva atuação do Sr. Secretário do Interior e Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e 27 do mês em curso. — Será encaminhado ao Sr. 1.º Secretário, para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar os fatos pelos quais, até o presente momento, não foram pagos os vencimentos do pessoal suplementar e contratado do Estado, que está sem receber há vários meses. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando justificativa para sua falta, ocorrida no dia 26 de agosto próximo passado. — Será encaminhado para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente da sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado. — **Rejeitado.**

A Presidência comunica que, por iniciativa do Tribunal de Justiça, será rezado hoje, às 18 horas, na Capela daquele Tribunal, um culto de 30.º dia do falecimento do Juiz Luiz Losso, irmão do Exmo. Sr. Deputado Igo Losso, para cuja cerimônia estão convidados os Srs. Deputados Estaduais.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada

a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/71;
 - 2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 128/70; 153/70; 41/71; 93/71;
 - 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 215/70; 260/70; 11/71.
- Levanta-se a sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, NA SESSÃO DE 30 DE AGOSTO DE 1.971

**PROCLAMAÇÃO DOS DIREITOS GERAIS E ESPECIAIS
dos
DEFICIENTES MENTAIS**

Considerando que a declaração universal dos direitos humanos, adotada pelas Nações Unidas, proclama que todos aqueles que pertencem à família humana, sem distinção de qualquer espécie, possuem direitos iguais e inalienáveis à dignidade humana e à liberdade;

Considerando que a declaração dos direitos da criança, adotada pelas Nações Unidas, proclama o direito da criança física, mental ou socialmente prejudicada ao tratamento, educação e cuidados especiais requeridos pela sua condição particular,

R E S O L V E

A Liga Internacional das Sociedades para os Deficientes Mentais defini os direitos gerais e especiais dos deficientes mentais, como segue:

ARTIGO I — A pessoa mentalmente deficiente possui os mesmos direitos básicos comuns aos cidadãos do mesmo país e da mesma idade.

ARTIGO II — A pessoa mentalmente deficiente tem direito aos cuidados médicos e à reabilitação física adequados e a toda espécie de educação, treinamento, habilitação e orientação que a capacite a desenvolver sua habilidade e potencial ao máximo, não importando quão grave seja o seu grau de deficiência. Nenhuma pessoa mentalmente deficiente deverá ficar privada de tais serviços devido ao seu alto custo.

ARTIGO III — A pessoa mentalmente deficiente tem o direito à segurança econômica e a um padrão de vida decente. Tem direito também ao trabalho produtivo e a qualquer outra ocupação adequada.

ARTIGO IV — A pessoa mentalmente deficiente tem direito a viver com sua própria família ou com pais adotivos; a participar em todos os aspectos da vida comunitária, e a participar de atividades apropriadas em suas horas de lazer. Se se tornar necessário o tratamento em uma instituição, deve ele ser feito em ambiente e circunstâncias tão próximas quanto possível da vida normal.

ARTIGO V — A pessoa mentalmente deficiente tem direito a um tutor qualificado, quando necessário, a fim de proteger seu bem-estar e interesses pessoais. Nenhuma pessoa que se ocupe diretamente com o deficiente mental deve ser também seu tutor.

ARTIGO VI — A pessoa mentalmente deficiente tem direito a proteção contra a exploração, abuso e tratamento desagradante. Se for acusado, tem direito a um julgamento imparcial, com pleno reconhecimento de seu grau de responsabilidade.

ARTIGO VII — Algumas pessoas mentalmente deficientes podem ser incapazes, devido à gravidade de sua deficiência, de exercer por elas mesmas todos os seus direitos de maneira adequada. Para outras, é apropriado modificar alguns ou todos desses direitos. O procedimento utilizado para a modificação ou negação de direitos deve conter medidas de proteção legais e adequadas contra toda a espécie de abuso, deve ser baseado numa estimativa da capacidade social da pessoa mentalmente deficiente feita por peritos qualificados,